



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Fundamentação: *Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da Portaria Municipal nº 31/2023).*

A aquisição de materiais escolares e de expediente desempenha um papel significativo na promoção do aprendizado, na organização, na comunicação eficaz e no desenvolvimento de habilidades, tanto no ambiente educacional quanto no profissional. Esses materiais são fundamentais para o sucesso e a produtividade no trabalho.

Os materiais de expediente desempenham um papel crucial no suporte ao ensino, na promoção da criatividade, na organização das informações, na comunicação eficaz, na interação entre os alunos e na garantia da continuidade das atividades educacionais. Além disso, são fundamentais para o desenvolvimento das atividades de ensino nas escolas: Escola Municipal José Teixeira de Oliveira Primo, Escola Municipal Pro Prof.ª. Marly Monteiro e Centro Educacional Prof.ª Edith Pereira Fois. Eles fornecem recursos necessários para a realização de tarefas, como escrever, desenhar, fazer anotações, criar apresentações, realizar experimentos, entre outros. Esses materiais permitem que os educadores criem um ambiente propício para a aprendizagem dos alunos.

Materiais como papel, lápis de cor, tintas e cartolinas possibilitam que os alunos explorem sua criatividade e expressem suas ideias de forma visual. Eles são essenciais para atividades artísticas, projetos de ciências, trabalhos manuais e outras formas de expressão criativa, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Os materiais de expediente, como pastas, envelopes, etiquetas e arquivos, auxiliam na organização e documentação de informações importantes. Esses materiais permitem que os educadores organizem materiais didáticos, avaliações, registros de desempenho dos alunos e documentos administrativos, facilitando o acesso às informações quando necessário. Esses recursos contribuem para a troca de informações relevantes, o envio de recados e a divulgação de eventos e atividades educacionais. A disponibilidade constante desses é fundamental para evitar interrupções nas atividades diárias das escolas e creche da Rede Municipal de Ensino.

Em resumo, essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de aquisição de grande variedade de materiais escolares e de expediente para atender as diferentes necessidades e demandas das escolas. Materiais de expediente de qualidade e duráveis reduzem a necessidade de substituição frequente, economizando tempo e recursos financeiros, sendo assim, a presente aquisição visa um fornecimento confiável e dentro dos prazos acordados.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: *Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), aquisição de materiais escolares e de expediente encontra-se alinhada ao planejamento do Município de São Geraldo, tendo em vista que é fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino nas escolas: Escola Municipal José Teixeira de Oliveira Primo, Escola Municipal Pro Prof.ª. Marly Monteiro e Centro Educacional Prof.ª Edith Pereira Fois.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fundamentação: *Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da Portaria Municipal nº 31/2023).*

- Os bens enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019. Os itens a serem adquiridos se enquadram como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.
- Os materiais objeto da aquisição devem ser entregues no prazo de até **10 dias** da notificação do empenho ao fornecedor, no endereço indicado no Edital.
- Documentos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira.
- As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: *Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da Portaria Municipal nº 31/2023).*

Para a estimativa das quantidades de materiais escolares e de expediente, foi analisada com base na demanda e no consumo verificados nos últimos 12 (doze) meses pelas escolas da Secretaria de Educação do Município de São Geraldo-MG.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: *Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).*

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da Portaria Municipal nº 31/2023)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG. Para os bens a serem adquiridos existem um grande número de fornecedores existentes no mercado nacional, que oferecem materiais dentro das especificações solicitadas.

O Pregão eletrônico tipo Registro de Preço foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, mas não diárias, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação. Os bens classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

A Pesquisa de Preços para estimativa do valor unitário máximo a ser aceito na licitação terá por base um Mapa de Preços a ser elaborado com base na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe UASG 153038 Estudo Técnico Preliminar 1/2022 3 de 17 sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional. A pesquisa de preço será



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



realizada no Pannel de Preços/”banco de preços” para cada item de material e também serão considerados os preços praticados em sites de domínio amplo.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da Portaria Municipal nº 31/2023).*

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. A Lei nº 14.133/2021 exige a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração, por esses motivos:

Foi realizada pesquisa de preços pelo requisitante para atender o objeto especificado neste documento, conforme documentos anexos, sendo o valor estimado de **R\$ 2.642.390,62** conforme art.18, Inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: *Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da Portaria Municipal nº 31/2023).*

A solução para eventual aquisição do material escolar e de expediente, que são usados para as atividades em salas de aula, mas também atividades administrativas e nas áreas de extensão, ensino e pesquisa, se dará através de Registro de Preço, com validade de 12 meses, comprando a administração a quantidade necessária para atender às suas demandas.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

Fundamentação: *Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).*

A solução será contratada de forma integral, uma vez que seu parcelamento não é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: *Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da Portaria Municipal nº 31/2023)

Essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de aquisição de grande variedade de materiais de expediente para atender as diferentes necessidades e demandas das escolas. Materiais de expediente de qualidade e duráveis reduzem a necessidade de substituição frequente, economizando tempo e recursos financeiros, sendo assim, a presente aquisição visa um fornecimento confiável e dentro dos prazos acordados.

A disponibilidade constante desses é fundamental para evitar interrupções nas atividades diárias das escolas e creche da Rede Municipal de Ensino.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: *Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da Portaria Municipal nº 31/2023).*

Não há providencias específicas a serem adotadas pela administração previamente a contratação.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: *Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da Portaria Municipal nº 31/2023).*

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: *Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Não há impactos ambientais significativos a serem considerados para a contratação.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Diante do exposto, a contratação da solução pretendida se mostra dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 27 de fevereiro de 2024.

Ivanilda Cristina de Queiroz Santos
Secretária Municipal de Educação